

- Cimi - <https://cimi.org.br> -

Instituições alertam sobre a responsabilidade pelas mortes evitáveis por covid-19 e denunciam genocídio em curso

Posted By *Renato Santana* On 19/05/2020 @ 4:40 pm In Coronavírus, Leia mais, No Brasil, Notas do Cimi, Notícias, Observatório de Violência, Saúde Indígena | [Comments Disabled](#)



Nas aldeias, incluindo as urbanas, e periferias dos grandes centros está a população que mais sofre com as consequências da pandemia. Crédito da foto: Foto: Luciney Martins/O SÃO PAULO

Por Assessoria de Comunicação – Cimi

No domingo, os jornais O Globo e Folha de S. Paulo publicaram uma nota assinada por 12 instituições alertando que o não atendimento, pelo Brasil, às diretrizes científicas de instituições nacionais e da Organização Mundial da Saúde para enfrentamento da pandemia acontece em detrimento da vida de milhares de pessoas.

As instituições lançaram um alerta sobre a responsabilidade do governo federal pelo que chamam de “mortes evitáveis” por covid-19 e que “está em curso um verdadeiro genocídio dos mais pobres, à medida que a epidemia avança nas periferias e favelas, nos asilos de idosos, nas aldeias, nas comunidades tradicionais e nos presídios”.

Leia na íntegra:

Alerta sobre a responsabilidade pelas mortes evitáveis por Covid-19

Todos os governantes são eleitos para cumprir as responsabilidades consignadas pela Constituição Federal e por constituições estaduais. Empossados, juram guardar e proteger vidas de seu povo sob as regras legais.

Princípio basilar deste país, as ações e omissões de todos seus agentes públicos geram responsabilidades de ordem civil, criminal, administrativa e política. É o que descreve a Constituição Federal em diversos de seus artigos, desde o que estabelece um Estado Democrático de Direito (art. 1º) até previsões específicas, como as contidas nos seus artigos 19, III e 37, § 6º.

O não atendimento, pelo Brasil, às diretrizes científicas de instituições nacionais e da Organização Mundial da Saúde para enfrentamento da pandemia gera responsabilidades. Decisões administrativas, assim como a ausência delas, devem ser motivadas e justificadas. Logo, contrariar consensos científicos em detrimento da vida de milhares de pessoas não pode ficar à margem da ordem jurídica.

POR ESSA RAZÃO:

ALERTAMOS que não estão sendo adotadas medidas de isolamento social adequadas, cientificamente comprovadas como política mais eficaz para salvar vidas nos locais onde há aceleração da disseminação de casos e de óbitos, bem como o esgotamento da capacidade do sistema de saúde.

DESTACAMOS a omissão deliberada do Governo Federal, que ignora as fartas evidências científicas para controle da pandemia. A ocorrência de casos e mortes no país, em diferentes regiões e intervalos temporais, exige coordenação nacional e requer execução descentralizada, pilares do Sistema Único de Saúde.

ACUSAMOS que está em curso um verdadeiro genocídio dos mais pobres, à medida que a epidemia avança nas periferias e favelas, nos asilos de idosos, nas aldeias, nas comunidades tradicionais e nos presídios. Medidas excepcionais e urgentes de proteção social, como alimentação, alojamento e serviços essenciais para as populações mais vulneráveis não foram efetivadas e as de auxílio financeiro estão sendo mitigadas.

DENUNCIAMOS que a insuficiência de leitos, de respiradores e testes, a falta de médicos e de enfermeiros, a exposição de profissionais de saúde a riscos e as condições inadequadas de trabalho são mais letais do que o novo coronavírus, para o qual não há tratamento ou vacina.

REJEITAMOS atos legislativos que busquem a isenção da responsabilidade de agentes públicos, manifestamente inconstitucionais e cujo controle será buscado perante a Justiça.

Entidades científicas e de defesa de direitos estão reunindo evidências e provas para a demonstração das consequências dessas irresponsabilidades, visando subsidiar iniciativas aptas a exigir a apuração de atos de improbidade e a reparação do dano coletivo. Todos têm direito de nascer, viver e morrer com dignidade. Vidas perdidas têm responsabilidades atribuíveis.

AS INSTITUIÇÕES QUE ASSINAM A NOTA SÃO:

IDEC – INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

OXFAM BRASIL

SBPC – SOCIEDADE BRASILEIRA PELO PROGRESSO DA CIÊNCIA

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL

INESC – INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

ABI – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA

CENTRO SANTO DIAS DE DIREITOS HUMANOS DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

SINMED/RJ – SINDICATO DOS MÉDICOS DO RIO DE JANEIRO

SIMESP – SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO

Article printed from Cimi: <https://cimi.org.br>

URL to article: <https://cimi.org.br/2020/05/instituicoes-alertam-sobre-a-responsabilidade-pelas-mortes-evitaveis-por-covid-19-e-denunciam-genocidio-em-curso/>

Copyright © 2019 Cimi. All rights reserved.